



CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE LEVANTAMENTO DE PESOS

***DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 e 2016***





RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores da
Confederação Brasileira de Levantamento de Pesos

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações contábeis da Confederação Brasileira de Levantamento de Pesos, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio social e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Confederação Brasileira de Levantamento de Pesos em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalva

A Confederação não possui controle individualizado dos bens registrados no ativo imobilizado. Em decorrência, não nos foi possível formar uma opinião quanto à adequação dos valores representativos de tais bens e, conseqüentemente, não foi praticável determinar a razoabilidade do valor da despesa de depreciação que foi reconhecida no resultado do exercício.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.



Ênfase

Continuidade operacional

A Confederação apresenta capital circulante líquido negativo de R\$ 427.478 em 31 de dezembro de 2017 (R\$ 192.967 em 31 de dezembro de 2016) e passivo a descoberto no montante de R\$ 179.573 em 31 de dezembro de 2017. Conforme descrito na nota explicativa nº 2, as demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e são aplicáveis a uma Entidade em continuidade normal das operações, que pressupõem a realização de ativos, bem como a liquidação das obrigações no curso normal dos negócios. A Confederação não tem gerado recursos financeiros suficientes para a manutenção das suas atividades operacionais. Assim sendo, a continuidade normal das operações da Entidade está relacionada à obtenção de um nível de rentabilidade que produza o suficiente e necessário capital de giro ou novos recursos adquiridos pela Confederação. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.





Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que a proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Entidade, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade da continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem fazer com que a Entidade interrompa a sua continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Belo Horizonte, MG, 21 de março de 2018.

FSA NETWORK Consultores
CRC-RJ-003004/O-2 "S" MG

Levi O. Soares
Contador-CRC-RJ-031950/O-9 "S" MG





CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE LEVANTAMENTO DE PESOS

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em reais, centavos omitidos)

ATIVO	2017	2016	PASSIVO	2017	2016
CIRCULANTE			CIRCULANTE		
Caixa e equivalentes de caixa	126.869	79.997	Contas a pagar	474.953	353.756
Contas a receber	-	167.250	Obrigações sociais e fiscais	43.889	67.142
Outros créditos	2.479	5.419	Obrigações trabalhistas	32.763	24.485
	<u>129.348</u>	<u>252.666</u>	Outras contas a pagar	5.221	250
				<u>556.826</u>	<u>445.633</u>
NÃO CIRCULANTE					
Outros créditos	15.200	-			
Imobilizado	232.705	281.176	PATRIMÔNIO SOCIAL		
	<u>247.905</u>	<u>281.176</u>	Superávit/(déficit) acumulados	(179.573)	88.209
				<u>(179.573)</u>	<u>88.209</u>
TOTAL DO ATIVO	<u>377.253</u>	<u>533.842</u>	TOTAL DO PASSIVO	<u>377.253</u>	<u>533.842</u>

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis.





CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE LEVANTAMENTO DE PESOS

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em reais, centavos omitidos)

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
RECEITAS		
Lei Agnelo/Piva	1.786.085	2.954.306
Patrocínios	167.250	613.250
Outras receitas	76.855	20.095
	<u>2.030.190</u>	<u>3.587.641</u>
DESPESAS		
Despesas com pessoal	(657.630)	(1.111.631)
Remuneração dirigente estatutário	(214.948)	-
Despesas administrativas	(1.172.967)	(2.049.015)
Despesas gerais	(240.862)	(634.722)
Despesas tributárias	(17.948)	(7.347)
Resultado financeiro líquido	6.203	9.246
	<u>(2.297.972)</u>	<u>(3.793.470)</u>
Déficit do exercício	<u>(267.782)</u>	<u>(205.828)</u>

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis.



CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE LEVANTAMENTO DE PESOS
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em reais, centavos omitidos)

	<u>Déficits acumulados</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2015	294.037	294.037
Déficit do exercício	(205.828)	(205.828)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	88.209	88.209
Déficit do exercício	(267.782)	(267.782)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	(179.573)	(179.573)

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis.



CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE LEVANTAMENTO DE PESOS

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em reais, centavos omitidos)**

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Atividades operacionais		
Déficit do exercício	(267.782)	(205.828)
Ajustes		
Depreciação	57.841	58.312
	<u>(209.941)</u>	<u>(147.516)</u>
Variação no ativo/passivo circulante		
Contas a receber	167.250	573.250
Outros créditos	(12.260)	(4.949)
Contas a pagar – COB	121.197	(1.045.714)
Obrigações sociais e fiscais	(23.253)	9.605
Obrigações trabalhistas	8.278	(31.795)
Outras contas a pagar	4.971	(8.096)
Caixa gerado pelas atividades operacionais	<u>56.242</u>	<u>(655.215)</u>
Atividades de investimentos		
Aquisição de imobilizado	(9.370)	(41.020)
Caixa gerado pelas atividades de investimentos	<u>(9.370)</u>	<u>(41.020)</u>
Aumento/(redução) de caixa e equivalentes de caixa	<u>46.872</u>	<u>(696.235)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	79.997	776.232
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	126.869	79.997
Aumento/(redução) de caixa e equivalentes de caixa	<u>46.872</u>	<u>(696.235)</u>

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis.



CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE LEVANTAMENTO DE PESOS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016

(Em reais, centavos omitidos)

1. Contexto operacional

A Confederação Brasileira de Levantamento de Pesos, designada pela sigla CBLP, filiada à Federação Internacional de Levantamento de Pesos, designada pela sigla IWF, e ao Comitê Olímpico Brasileiro, designado pela sigla COB, é uma associação de fins não econômicos, de caráter desportivo. Foi fundada em 30 de Maio de 1979 e está sediada na cidade de Belo Horizonte, constituída pelas Entidades filiadas de administração do Levantamento de Pesos.

A CBLP, dentro da sua finalidade desportiva, tem como principal objetivo administrar, dirigir, controlar, difundir e incentivar, em todos os níveis, inclusive o paralímpico praticado por portadores de deficiências, quando a Federação Internacional permitir.

2. Continuidade operacional

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e são aplicáveis a uma Entidade em continuidade normal das operações, que pressupõem a realização de ativos, bem como a liquidação das obrigações no curso normal das operações. Em 31 de dezembro de 2017, a Entidade apresenta déficits acumulados de R\$ 179.573, capital circulante líquido negativo de R\$ 427.478 em 31 de dezembro de 2017 (R\$ 192.967 em 31 de dezembro de 2016) e não tem gerado recursos financeiros próprios suficientes para a manutenção das suas atividades operacionais. Assim sendo, a continuidade normal das operações da Entidade está relacionada à obtenção de um nível de rentabilidade que produza o suficiente e necessário capital de giro ou novos recursos adquiridos pela Confederação. Em 2018 a administração aportou uma parcela de recursos próprios para reduzir o capital circulante líquido negativo apresentado.

3. Apresentação das demonstrações contábeis e principais práticas contábeis

3.1 Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis são de responsabilidade da Administração da Entidade e foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, em obediência à Lei das Sociedades por Ações – Lei nº 6.404/76, sendo adotadas em 31 de dezembro de 2008 as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08 (convertida na Lei nº 11.941/09), pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas estabelecidas



pela NBC TG 1.000 – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas e ITG 2002 – Entidades sem Finalidade de Lucros.

A Demonstração do Resultado do Exercício sofreu alterações para melhor apresentação comparativa, não influenciando os resultados apurados e auditados de 2016 e do atual exercício.

3.2 Principais práticas contábeis

As principais práticas e procedimentos contábeis adotados na elaboração das demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, juntamente com a composição dos saldos das principais rubricas, estão descritas a seguir:

a. Resultado das operações

É apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercícios.

b. Caixa e equivalentes de caixa

Estão representados pelos recursos mantidos em espécie na tesouraria da Entidade e pelos saldos dos depósitos bancários à vista, de livre movimentação em instituições bancárias no País.

As aplicações financeiras, representadas por investimentos temporários de curto prazo mantidos em instituições financeiras no País, com prazos de vencimentos de até três meses a contar da data da aquisição, que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor, são avaliadas pelos valores efetivamente aplicados, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço. Nenhuma das aplicações financeiras é destinada à negociação ou se encontra disponível para venda, motivo pelo qual não são avaliáveis pelo seu valor justo ou de mercado. Deste modo, não foram efetuados registros contábeis no patrimônio líquido a título de ajustes de avaliação patrimonial em decorrência dos aumentos ou diminuições de valor resultante das avaliações pelo critério de valor justo ou de mercado, visto que os montantes demonstrados efetivamente representam os respectivos valores de realização.

c. Imobilizado

Demonstrado ao custo de aquisição, deduzido das depreciações, que não supera o valor provável de recuperação determinado com base nos resultados das operações futuras da Entidade. As depreciações foram calculadas pelo método linear, com base na vida útil estimada dos bens.



d. Passivo circulante

Está demonstrado pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas até a data dos balanços.

e. Imposto de renda e contribuição social

A Entidade está isenta de pagamento do Imposto de Renda e da Contribuição Social, em virtude de não ter finalidade de lucros, conforme determinado pelo artigo 174 do Regulamento do Imposto de Renda, aprovado pelo Decreto nº 3.000 de 26 de março de 1999.

f. Estimativas contábeis

A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor residual do ativo imobilizado. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Entidade revisa as estimativas e premissas, pelo menos anualmente.

4. Caixa e equivalentes de caixa

São assim demonstrados em 31 de dezembro:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Caixa	706	-
Caixa Econômica Federal – COB	274	9.280
Caixa Econômica Federal – Recursos próprios	19.795	-
Bancos conta corrente	20.069	9.280
Aplicações financeiras – COB	106.094	70.717
	<u>126.869</u>	<u>79.997</u>



5. Contas a receber

Em julho de 2015, a Confederação Brasileira de Levantamento de Pesos firmou contrato de patrocínio com a Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobrás, com o objetivo de apoiar às ações relativas à modalidade Levantamento de Pesos para os Jogos Pan-americanos de 2015 e Jogos Olímpicos de 2016. O valor total a título de patrocínio foi estimado em até R\$ 1.315.000, sendo R\$ 1.115.000 para desembolso a título do objeto do contrato e até R\$ 200.000 em premiação por medalhas conquistadas.

Durante o exercício de 2015, a Entidade recebeu o montante de R\$ 641.500, sendo R\$ 267.000 do saldo remanescente de 2014 e R\$ 374.500 referente ao contrato em vigor.

Durante o exercício de 2016, a Entidade recebeu o montante de R\$ 613.250. O saldo em 31 de dezembro de 2016 era de R\$ 167.250 (R\$ 740.500 em 31 de dezembro de 2015).

Em janeiro de 2017, a Entidade recebeu a parcela final no valor de R\$ 167.250. O período de vigência do contrato é de 549 dias, a partir da data de assinatura do mesmo.

6. Imobilizado

É assim demonstrado em 31 de dezembro:

	Taxas anuais de depreciação	2017			2016
		Custo	Depreciação acumulada	Valor residual	Valor residual
Móveis e utensílios	10%	103.727	(84.948)	18.779	29.151
Máquinas e equipamentos	10%	216.409	(58.936)	157.473	172.461
Equipamentos técnicos	10%	6.400	(4.213)	2.187	2.827
Instalações	10%	3.002	(2.043)	959	1.259
Computadores e periféricos	20%	105.344	(69.123)	36.221	50.468
Veículos	20%	40.011	(25.447)	14.564	22.339
Benfeitorias	4%	3.675	(1.153)	2.522	2.671
		472.095	(245.863)	232.705	281.176



7. Contas a pagar

Estão assim demonstradas em 31 de dezembro:

		<u>2017</u>	<u>2016</u>
Contas a pagar – COB	(i)	474.953	186.506
Recursos de Patrocínio – Petrobrás	(ii)	-	167.250
		<u>474.953</u>	<u>353.756</u>

- (i) O saldo do contas a pagar – COB, refere-se aos recursos repassados pelo Comitê Olímpico Brasileiro durante os exercícios, conforme definido pelo Termo de Convênio Simplificado, que ainda não tinha sido aplicado pela Confederação nos gastos previstos para as ações/projetos de melhorias e manutenção das atividades da CBLP e as rendas das aplicações financeiras que não foram lançadas ao resultado, por serem sobre recursos de terceiros, com obrigação de repasse.

Durante o exercício de 2017, a Confederação Brasileira de Levantamento de Pesos recebeu recursos do COB, através de repasses da Lei Agnelo/Piva e foram utilizados e/ou devolvidos o montante de R\$ 1.786.085 (R\$ 2.954.306 em 2016), nas operações do objeto social da Entidade. O saldo em 31 de dezembro de 2017, que era de R\$ 474.953 (R\$ 186.506 em 2016), será devolvido ao COB ou aplicado em projetos no exercício seguinte.

- (ii) Informado na nota explicativa nº 5.

8. Patrimônio social

O Patrimônio social da Entidade é constituído pelos resultados acumulados de cada exercício, referente às operações inerentes da Entidade.

9. Contingências

A Administração, apoiada na opinião de seus assessores jurídicos, e quando aplicável fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para contingências. Não há qualquer processo contra a Entidade que gere a necessidade de provisões.

A Entidade tem uma ação de natureza trabalhista com valor atribuído de R\$ 492.800, envolvendo riscos de perda classificado como possível, com base na avaliação de seu assessor legal, para as quais não há necessidade de provisão contábil.



10. Lei Agnelo/Piva

A Confederação Brasileira de Levantamento de Pesos recebeu recursos da Lei Agnelo/Piva para utilização no objeto social da Entidade. Esse montante é registrado em caixa e equivalentes de caixa ou em contrapartida de contas a pagar. Durante o exercício, a Entidade utilizou o montante de R\$ 1.786.085 (R\$ 2.954.306 em 2016) nas operações do objeto social da Entidade, registrando receitas e despesas de igual montante para manter o equilíbrio na apuração do resultado deste convênio, conforme demonstramos a seguir:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Receitas da Lei Agnelo/Piva	1.786.085	2.954.306
Total da receita apropriada	1.786.085	2.954.306
Programa de projeto/fomento	(335.935)	(445.743)
Desenvolvimento e manutenção do desporto	(398.331)	(360.819)
Preparação técnica	(497.722)	(1.196.419)
Participação em eventos esportivos	(542.027)	(518.599)
Formação de recursos humanos	(4.825)	(12.266)
Manutenção e locomoção de atletas	(7.245)	(420.460)
Total dos gastos apropriados	(1.786.085)	(2.954.306)

11. Remuneração de dirigentes estatutários

Em 30 de julho de 2014, o Comitê Olímpico Brasileiro emitiu a Instrução Normativa COB nº 02, que disciplina a aplicação de recursos financeiros decorrentes da Lei nº 9.615/98 de 24 de março de 1998, para pagamento de remuneração de dirigentes estatutários das Confederações, em conformidade com o art. 18 da Lei nº 12.868 de 15 de outubro de 2013. A remuneração paga a dirigentes estatutários, com recursos da Lei Agnelo Piva, teve vigência a partir de agosto de 2014.

12. Seguros

A Administração da Entidade optou por não realizar a contratação de seguros para cobertura de eventuais perdas que possam surgir com relação aos principais bens do ativo imobilizado, por julgar que os saldos estejam pulverizados em diversos itens de pequeno valor.

ENRIQUE MONTERO DIAS
Presidente CBLP

* * *

José Domingues da Silva
Téc. Contabilidade
CRC-RJ nº 031553-0 CPF 037072657-91